

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

Josiéle Nunes (PIBIC/CNPq), Vania Herédia (orientadora) - Depto. de Sociologia/Centro de Ciências Humanas e Comunicação/UCS - vbmhered@ucs.br

O processo de envelhecimento populacional brasileiro vem se constituindo um desafio para a sociedade. Este fato aponta para a necessidade de se desenvolver políticas específicas para a terceira idade que garantam proteção social e qualidade de vida a esta população. No Brasil, este segmento possui um aparato jurídico legal expressos na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso. Este trabalho teve como objetivo estabelecer relações teóricas entre a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94) e o Estatuto do Idoso com a finalidade de embasar teoricamente o projeto "O Idoso Institucionalizado na Região Nordeste do RS. O método utilizado foi a pesquisa documental. Os resultados encontrados foram: a idade de 60 anos como início da terceira idade; formas de atendimento prioritária ao idoso nas diferentes áreas: saúde, à alimentação, à habitação e a outras necessidades sociais; priorizar o atendimento ao idoso, por intermédio de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuem condições de garantir sua sobrevivência; capacitar e reciclar os recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia; priorizar o atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores do serviço. Percebe-se que o Estatuto do Idoso consolida os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e na Política Nacional do Idoso. É uma tentativa de coibir a discriminação dos idosos e de proteção aos mesmos.

Palavras-chave: envelhecimento populacional, estatuto do idoso.

Apoio: UCS, CNPq